
A universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico

“The necessary university” in the work of Darcy Ribeiro: Notes on a utopian thought

*Adelia Miglievich Ribeiro*¹

adeliam@sky.com.br

*Glauber Rabelo Matias*²

glauber_rabelomatias@yahoo.com.br

Resumo

Mediante a análise de categorias centrais de O processo civilizatório, tais quais a aceleração evolutiva como antítese da modernização reflexa, portanto, a apropriação autônoma dos meios necessários no processo de desenvolvimento de uma nação, examinamos o sentido da universidade necessária postulado por Darcy Ribeiro e sugerimos afinidades entre seu pensamento e o do sociólogo húngaro Karl Mannheim, atento à idéia da planificação da sociedade, fundada tanto na democratização da própria educação como da cultura em geral com vistas, no caso brasileiro, à superação do atraso. Sabendo que a recepção de Mannheim em nossos círculos intelectuais na década de 1950 legitimou a formação de uma nova intelligentsia intervindo no rumo dos acontecimentos políticos, situamos Darcy Ribeiro neste cenário, bem como sua aposta no papel do intelectual público e da ciência compromissada ideologicamente com a formação de uma consciência nacional sintonizada com a construção de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: universidade, intelectual público, nação, desenvolvimento, processo civilizatório.

Abstract

By means of an analysis of central concepts in the book, O processo civilizatório, by Darcy Ribeiro, such as the evolutionary acceleration as an antithesis of reflexive modernization – thus the autonomous appropriation of the necessary means in the process of development of a nation – the article examines the meaning of “the necessary university” postulated by Darcy Ribeiro. By doing this, it also suggests affinities between his thought and the one of the Hungarian sociologist, Karl Mannheim, stressing the need to plan society on the basis of the democratization of education itself and of culture in general with a view to overcoming, in the Brazilian case, the backwardness. Being aware of the fact that the reception of Mannheim in our intellectual circles in the decade of 1950 legitimized the formation of a new intelligentsia that intervened in the course of political events, the article situates Darcy Ribeiro in this scenario, as well as his bet on the role of the public intellectual and the ideological commitment of science to the formation of a national conscience in tune with the construction of a democratic society.

Key words: university, public intellectual, nation, development, civilizational process.

¹ Dra. em Sociologia – UFRJ. Professora PPGPS/LEEA/CCH/UENF.

² Bacharel em Ciências Sociais – UENF. Bolsista – LEEA/PROEX/UENF.

Apresentação

Darcy Ribeiro (1922-1997) reúne, ao longo de sua biografia, participações em diversas esferas do pensamento e da ação, na indissociação entre o plano epistemológico e o plano político de seus projetos. Postulamos que, apesar de seu maior tempo de dedicação às várias demandas públicas em sua vida, não é possível tal como pareceu compreender Carlos Guilherme Mota falar em *cisão* de trajetória na “década em que intelectuais ingressaram acadêmicos e metamorfosearam-se em políticos” (Mota, 1979, p. 154), quando este define as trajetórias de Darcy Ribeiro e de Celso Furtado. Trata-se, a nosso ver, de formas de interação mesma de um único intelectual que alcançou notoriedade nos campos da ciência, das políticas educacionais e da vida partidária sem que nenhum desses *círculos* – como se estuda na sociologia simmeliana – possa abarcar a totalidade de sua personalidade.

Nos tempos da FFLCH na USP, no Partidão, nas expedições duradouras entre nossos indígenas, no antigo CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), na substituição de Anísio Teixeira, que, já responsável pela concepção do ensino público fundamental e médio em Brasília, indicava-o para assumir o projeto da UnB; também, quando chefe da Casa Civil de João Goulart, nos tempos de exílio, publicando e atuando numa rede internacional de contatos que lhe permitiu a co-realização de inéditos projetos de universidade em distintos países latino-americanos bem como na Argélia; mais tarde, pós-anistia, nas relações conflituosas com a academia, sobretudo aquela representada pelos antropólogos do Museu Nacional, na adesão ao PDT e a Leonel Brizola, na luta pelos CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública), em seus cargos de mando como vice-governador e, depois, senador da República, Darcy Ribeiro traduz, nos variados eventos, uma rara coerência que não nos autoriza a separar suas práticas intelectuais e políticas em duas fases de sua biografia.

A criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, o último de seus projetos, revela suas crenças mais significativas na *civilização* e do lugar do Brasil nela que remonta, por exemplo, ao famoso *O processo civilizatório*, tendo sido traduzido em diversas línguas.

O processo civilizatório

Em *O processo civilizatório* (1975a), combinando o evolucionismo antropológico de Morgan, Gordon Childe e Leslie White à dialética marxista, Darcy define a história das sociedades humanas nos últimos dez milênios como uma sucessão de revoluções tecnológicas que reorganizam as formas de subsistência, de organização da vida social e de significação das experiências, resultando em processos civilizatórios. Em outros termos, os três imperativos configuradores destes processos são de ordem tecnológica, social e ideológica em co-determinação,

compondo o *todo processual*, que, ao mesmo tempo em que aproximam, distinguem as culturas.

O conceito básico subjacente às teorias da evolução sociocultural é o de que as sociedades humanas, no curso de longos períodos, experimentam dois processos simultâneos e mutuamente complementares de autotransformação, um deles é responsável pela diversificação, o outro pela homogeneização das culturas (Ribeiro, 1975a, p. 21).

Partindo então da co-determinação entre as ordens tecnológica, ideológica e social, Darcy atenta para dois conceitos fundamentais de sua obra, presentes em todo o seu pensamento: *aceleração evolutiva* e *atualização histórica*. Ambos os conceitos tocam em cheio na temática do *desenvolvimento* nas sociedades humanas e operam na linha entre o plano global e o particular a que Darcy procura atentar.

Por aceleração evolutiva designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam *autonomamente* seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido da transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem *para si mesmos* (Ribeiro, 1975a, p. 44. Os grifos são nossos).

O interessante é notar que, em Darcy, a não objetivação de um conceito, como no caso da *aceleração evolutiva*, não significa a impossibilidade de sua análise na realidade, mas a atenção à sua antítese. Eis que o autor vislumbra o que chama *atraso histórico*, isto é, “o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas” (Ribeiro, 1975a). Como se percebe, a idéia de *atraso*, neste momento, correlaciona-se exclusivamente à identificação de um sistema de produção fundamentalmente agrícola, enquanto a modernidade se associa à industrialização. Aqui, ainda não está presente a noção de *subdesenvolvimento*, que apenas surge quando se constata que o *atraso* de alguns países é condição para o desenvolvimento de outros.

A principal diferença entre os conceitos de *aceleração evolutiva* e de *atualização histórica* diz respeito à autonomia, isto é, apropriação autônoma dos meios necessários para um processo de desenvolvimento.

Por atualização ou incorporação histórica, designamos os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica (Ribeiro, 1975a, p. 45).

No esquema conceitual exposto por Darcy em *O processo civilizatório*, interessa-nos identificar as bases neste conti-

das para se pensar as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico hoje e, por conseguinte, o sentido da universidade pública por ele defendido. Assim, atentando para o *plano particular* (sem perder de vista suas vinculações com a macrorrealidade) “de natureza social ou cultural, observáveis nas análises de alcance médio, que condicionam o surgimento e a generalização do processo tecnológico, acelerando-o ou retardando-o” (Ribeiro, 1975a, p. 96), cabe examinar a defesa incontestada da modernização (qual modernização?) que subjaz sua obra e projetos.

Para o estudioso, as instituições repousam sobre as *formações socioculturais* que correspondem a um dado *estágio evolutivo* das sociedades. A aposta na modernização é o cerne do programa de Darcy Ribeiro e, diga-se de passagem, de vários intelectuais de sua geração.

Os passos evolutivos representam, ao contrário, processos de renovação cultural que, uma vez que alcançados e difundidos, alargam a capacidade humana de produzir e de utilizar energia, de criar formas de organização social crescentemente, de criar formas inclusivas e de representar conceitualmente o mundo com fidedignidade cada vez maior (Ribeiro, 1975a, p. 50)

Herdeiro do iluminismo, o *moderno* Darcy crê na íntima correlação entre o universalismo e cientificismo como sendo a lógica imanente à *aceleração evolutiva*. Sua crença na *tecnologia científica moderna* é influenciada pelo pragmatismo norte-americano, que remonta a William James, Charles Peirce e John Dewey, recepcionado pelo educador e homem público Anísio Teixeira e pelos escolanovistas, com os quais teve marcante convívio no CBPE.

Darcy, que já associava a ciência e a tecnologia ao domínio da cultura e recusava a cisão entre o trabalho e os produtos simbólicos do trabalho ou entre trabalhadores manuais e intelectuais, enfatiza ainda mais a necessidade de uma *reforma educacional* fundada na percepção de que “os processos internos à pedagogia perderiam toda sua riqueza se divorciados da realidade concreta, das condições históricas particulares de cada ambiente para o qual são formulados” (Bomeny, 2001, p. 221). Atentando para as mudanças velozes nas relações de produção em que o conhecimento materializado na tecnologia torna-se um *capital* cada vez mais disputado entre as nações e os blocos de poder mundial, Darcy redefine as exigências da modernidade para a educação e observa a importância de se formar indivíduos competentes para agir criativamente sobre as demandas de uma *nova* sociedade. Funda o caráter utópico de seu pensamento ao dar coloração forte ao *ainda* não experimentado, mas que tendencialmente dá a diretriz das novas relações sociais, e se preocupa em que o Brasil – de forma autônoma – capacite-se para o enfrentamento das inéditas relações de trabalho que garantirão a soberania de um povo num futuro não tão distante.

Outra característica será a superação da distância entre o trabalho braçal – praticamente proscrito – e o trabalho intelectual. A composição da força de trabalho será, majoritariamente, de pessoas com preparo de nível universitário, dedicados a toda sorte de tarefas, principalmente às educacionais, assistenciais, culturais e recreativas, que experimentarão enorme expansão. Esses níveis mais altos de preparo educacional terão igualmente o efeito de fazer, da maioria dos homens, herdeiros do patrimônio cultural humano, tornado comum, e uma proporção ponderável deles capaz de criatividade artística e intelectual (Ribeiro, 1975a, p. 205).

O universalismo, que não significa homogeneização das culturas, mas partilha de alguns processos universais, direciona Darcy tanto no plano do conhecimento quanto no plano prático-político, e esta fusão entre o plano do conhecimento e o da realidade concreta justifica seu projeto acerca dos intelectuais e da universidade pública nas *sociedades futuras*.

Sobre *A universidade necessária*

Em *A universidade necessária* (1975b), Darcy discorre sobre o projeto da UnB e expõe sua proposta e aposta na Universidade, lócus do intelectual público, de importância fundamental no processo histórico-evolutivo de uma sociedade na medida em que é a sede, por excelência, de produção e difusão do conhecimento científico, a base do desenvolvimento tecnológico de uma nação. Para o mentor da UnB e, mais tarde, também da UENF, ciência, tecnologia, desenvolvimento e autonomia são variáveis intimamente correlacionadas.

[...] a cultura sobre a qual a Universidade opera é um símile conceitual do mundo, em sua totalidade no qual se refletem todas as alterações substanciais da vida social, e, por outro lado, por que a Universidade não atua como um multiplicador passivo de uma cultura exógena, mas tem certa capacidade de nela imprimir a sua marca e de propor-se projetos de transformação racional da totalidade social de que a universidade participa (Ribeiro, 1975b, p. 14).

A universidade tem, no pensamento darcyniano, um papel central no domínio da cultura geral, sobretudo, porque tem a função de influenciar e modificar o seu entorno, seja em nível regional, nacional ou internacional. Este último é uma interação inevitável visto que Darcy elege a Universidade como um dos pilares da formação da *civilização da humanidade*. Nesse aspecto, Darcy partilha da distinção presente entre o conhecimento esotérico (irracional) e conhecimento *moderno*, enfatizando que velhos e antigos conhecimentos são empecilhos na marcha para a nova *civilização*. O conhecimento esotérico deve ser substituído por um conhecimento universal que, na modernidade, cabe à ciência oferecer.

Qualquer apego a formas herdadas do passado, qualquer zelo por tradições vetustas podem ser desastrosos. Assim, cada proposição, instituição ou pessoa precisa ser severamente criticada, através do exame mais objetivo de sua adequação aos fins pretendidos e de sua efetiva capacidade de ajudar ou prejudicar a luta para romper com o atraso (Ribeiro, 1975b, p. 14).

Hoje, seguramente, temos cautela em face de qualquer defesa incontestada da modernização, pois já nos é possível observar seus efeitos perversos tanto no que concerne à apropriação dos bens da modernidade por setores minoritários da sociedade como nos malefícios mesmos de sua exaltação que *silencia* projetos alternativos e plausíveis de vida em sociedade em recusa aos conhecidos processos de acumulação do capital. Nesse momento, a *nova* (des) ordem global exige-nos repensar o que, ao fim das grandes guerras, motivava os intelectuais em sua atuação prática de reerguimento de instituições e nações. Mais especificamente somos capazes de rediscutir o afã dos intelectuais do *Terceiro Mundo* em enfrentar nossa pobreza em grau alarmante e nossa frágil soberania nacional. Darcy Ribeiro é integrante de uma geração que, com todas as dissonâncias possíveis, acreditou na nação brasileira e em sua competência para *falar de igual para igual* com todas as nações do mundo. Por isso, sem negar as especificidades de nossa formação histórico-cultural – as quais exalta, talvez demasiadamente, há de se discutir – exige como um típico desenvolvimentista, políticas de Estado voltadas para a ciência, a tecnologia e a indústria. Acredita na *intelligentsia*, e é isto que nos permite aqui o exercício de aproximá-lo de Karl Mannheim (1893-1947), sobretudo nas obras *Sociologia da cultura* (1974) e *Ideologia e utopia* (1986), em sua proposta de condução racional da vida em sociedade.

Sem negar os condicionantes estruturais da sociedade, Darcy valoriza a agência humana e o papel estratégico das instituições sociais. Similarmente à proposta mannheimiana da *sociologia do conhecimento*, em que o *controle* político da sociedade deriva de sucessivos testes empíricos onde proposições são confrontadas com os caminhos possíveis da organização social até se chegar à ideologia total ou síntese, isto é, a um plano diretivo e razoavelmente consensual em torno do qual distintos setores da sociedade se unem, também para Darcy:

A política de desenvolvimento autônomo exige [...] o máximo de lucidez e de intencionalidade, também em relação à sociedade nacional como no correspondente à universidade. E só pode ser executada mediante cuidadoso diagnóstico de seus problemas, de um delineamento rigoroso de seu crescimento e de uma escolha estratégica de objetivos, necessariamente opostos aos da modernização reflexa (Ribeiro, 1975b p. 26).

Mannheim tematiza a possibilidade do consenso – ideologia total – através da chamada *evolução das consciências*.

Para Darcy, uma *consciência ingênua* é um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento autônomo. Numa adesão inequivocamente *iluminista*, neste momento, ambos os cientistas sociais desejam a constituição de uma *consciência crítica*, acima dos vícios dos particularismos, *total*, na acepção mannheimiana, que implica a possibilidade de transição para a autonomização de todas as esferas da vida humana.

No plano ideológico, esta transição se expressa por duas modalidades de consciência. A consciência ingênua, própria das nações historicamente atrasadas, caracterizadas pela resignação com seu atraso e sua pobreza, por só ser capaz de percebê-los como naturais e necessários; e a consciência crítica, correspondente à conjuntura do subdesenvolvimento e caracterizada pela rebeldia contra o atraso, considerado antinatural e explicado como fruto de fatores sociais erradicáveis (Ribeiro, 1975b, p. 28).

O papel da universidade, para Darcy, indissocia-se da criação de uma *consciência crítica*. A universidade é uma instituição social fundamental, preta de ideologias e interesses, portanto, politizada, com a missão de nortear o desenvolvimento autônomo de sua nação. O postulado do saber científico neutro é recusado por Darcy que, não ingenuamente, sabe que a despolitização da universidade é nitidamente sua submissão aos interesses e à lógica dominante de distribuição de poder numa sociedade que não rompe com sua condição de atraso e de *subdesenvolvimento*. A transformação da sociedade exige a política – em seu sentido digno. A universidade tem, pois, um papel político: *poder fazer*.

Isto jamais se conseguirá, como destacamos, despolitizando a universidade e, sim, contrapolitizando-a para que sirva aos interesses da grande maioria. Haverá resistências de todo tipo. Resistência ideológica, em nome duma falaz neutralidade das ciências, solenes advertências de que a abertura da universidade ao povo implicará, fatalmente, uma queda de nível de eficácia técnica e científica dos futuros egressos, reiteraões dramáticas sobre a necessidade de manter postura supostamente na Universidade, para que possa cumprir suas funções (Ribeiro, 1975b, p. 267).

A mudança parte, dessa forma, de um *ethos* universitário conformista para um *ethos* universitário transformador, sendo que esta transformação tem de passar pelo acúmulo do conhecimento científico, ou seja, pela efetivação da modernidade, em patamares universais. Para isso, duas perguntas se impõem para Darcy em *A universidade necessária*: a universidade é *necessária* para quê? E para quem?

A primeira resposta vai de encontro à afirmação da universidade servindo à própria *incorporação histórica* e à *modernização reflexa* que nos torna “proletariado externos de outros povos”, dado que está presente em Darcy a idéia de que vivemos no plano global um sistema integrado do modo de produção, logo, a “mesma história”, uns autonomamente, outros de-

pendentes. A segunda resposta deriva da primeira e propõe uma nova universidade que, superando a *modernização reflexa* – ligada ao neocolonialismo cultural –, promova a *aceleração evolutiva*, com base no desenvolvimento autônomo que possa, na identificação desta dualidade conjuntural, prover a sociedade de meios que lhe permitam criticar e romper com o atual estado de ausência de possibilidades de escolha livre – autônoma – para os rumos da nação, uma vez imersos na dependência estrutural. Portanto, é na constatação dos constrangimentos estruturais e dos rumos perversos da *modernização reflexa* corroborada por nossas classes dirigentes que Darcy identifica a crise da universidade na América Latina e reforça a tese da *universidade necessária* que se comprometa com a formação da consciência nacional³, uma universidade responsável socialmente com a democracia que tem

o respeito aos padrões internacionais de cultivo e difusão do saber, o compromisso ativo com a busca de soluções para os problemas do desenvolvimento global e autônomo da sociedade nacional e a liberdade de manifestação de pensamento por docentes e estudantes, que em nenhuma circunstância podem ser questionados, prejudicados ou beneficiados em razão de suas convicções ideológicas ou da defesa de suas idéias (Ribeiro, 1975b, p. 147).

A universidade para Darcy é tida como um ponto de resistência para a América Latina, na “luta contra a modernização reflexa”, aquela espúria, cujos benefícios, conforme já dissemos, são restritos a segmentos sociais específicos, sem pretensão de se estender à totalidade da população. Nela, nosso *atraso* é desafio a ser enfrentado. Para tal, importa avaliar na universidade: “(1) o grau de incorporação da metodologia científica moderna empregada no esforço de autocompreensão (autoconsciência nacional); 2) o grau de identificação nacional e de autonomia crítica conseguidas por seus pensadores” (Ribeiro, 1975b, p. 255).

É imprescindível o caráter instrumental das ciências humanas neste esforço de autocompreensão. Não seguir por este caminho é realizar um movimento cíclico de *erudição gratuita* ineficaz e reificadora. Em uma passagem paradigmática, Darcy expõe:

A erudição gratuita é uma enfermidade da inteligência, por converter a mais fecunda das criações – o saber – num culto de tradições de outras sociedades ou de tempos passados,

conduzindo ao desinteresse pelos problemas do tempo em que se vive e ao desprezo pela sociedade de que se participa (Ribeiro, 1975b, p. 137).

O problema da erudição gratuita é ainda mais perverso na América Latina, e mais precisamente no Brasil, onde o desenvolvimento autônomo esbarra com uma conjuntura de dependência estrutural⁴. Recai no dilema parecido ao que Mannheim expõe em *Sociologia da cultura* (1974): como levar a cabo decisões incondicionais (autônomas, independentes) em face de uma existência condicionada? O típico questionamento da sociologia do conhecimento, sistematizada por Mannheim em seu esforço de mostrar os impedimentos e os agentes facilitadores da produção de conhecimento na esfera em que este emerge, é, portanto, alvo de atenção também de Darcy, que indaga como, no caso da universidade latino-americana, superar a crise universitária vinculando-a ao plano macroestrutural, para lembrar a idéia de co-determinação da qual falamos, entre o plano global e o plano particular.

A universidade entre nós está imersa na crise, posto que é uma instituição da sociedade, mas, ao mesmo tempo, é a ela que tem de ser atribuído o papel e a responsabilidade social de *alavancar o processo civilizatório*, autônomo e crítico em face de outros modelos de *civilização*, especialmente porque a universidade é o *locus* por excelência do conhecimento que balizará a sociedade futura. Reside aqui a idéia da universidade constituindo-se como um projeto intencional, sobretudo, planejada.

A mais alta responsabilidade da universidade consiste no exercício das funções de órgão de criatividade cultural e científica, e de conscientização e crítica da sociedade. Satisfazer aos requisitos indispensáveis ao bom desempenho destas funções é tarefa muito difícil para qualquer universidade, particularmente para as universidades das nações subdesenvolvidas, onde isto é o mais necessário (Ribeiro, 1975b, p. 241).

A *universidade necessária* é aquela que, autonomamente, viabiliza a constituição de uma consciência nacional crítica de nossa dependência. Sua criação obstaculiza o desenvolvimento de um tipo de universidade que leva este nome ainda que contrariando a idéia central mesma do universalismo das idéias, a saber, a universidade dependente, baseada no que Darcy chama de *espontaneísmo*, porque repetidora de ações irrefletidas ainda que conseqüentes no sentido nada desejável

³ Defendemos que o nacionalismo de Darcy aproxima-se bastante do de Celso Furtado, que, segundo Maria José de Rezende (2004), recusava o rótulo de ufanista sem recair no pessimismo arrogante dos que se negam a postular caminhos de superação do atraso no Brasil, preferindo culpabilizar o próprio povo por suas mazelas. Celso Furtado afirmava que “[...] havia uma tendência da *intelligentsia* a assumir atitude arrogante diante do povo, inclinando-se, ainda que inconscientemente, a atribuir-lhe certa culpa pelo atraso do país. O mesmo se pode dizer com respeito ao pessimismo dos intelectuais, que raia pelo derrotismo quando se trata de julgar o próprio país, como freqüentemente notam observadores estrangeiros. As pessoas que deixam transparecer certo entusiasmo pelas coisas do país são logo acoimadas de ‘ufanistas’ ” (Furtado *in* Rezende, 2004, p. 244).

⁴ Darcy acaba por explicitar subliminarmente as teses do “evolucionismo multilinear” que defende em *O processo civilizatório*, ou seja, aquele norte evolutivo tomado em suas diversas esferas na consideração de seu devir histórico. Cruza, assim, sua influência do evolucionismo antropológico com a dialética marxista, numa espécie de “evolucionismo dialético”.

para uma nação em processo de desenvolvimento – são aquelas universidades fadadas à *incorporação* ou à *atualização histórica*, uma vez que não estão preocupadas em estabelecer um planejamento para subsidiar a condução da sociedade mesma na *nova civilização*, mediante a *aceleração evolutiva*.

De fato, se as universidades latino-americanas continuarem a crescer como até agora, e aos novos ritmos que lhes são impostos nas próximas décadas, logo deixarão de desempenhar, mais e mais, suas funções mínimas, passando a atuar como fatores de atraso. Mais grave do que tal ineficácia será a deformação que sofrerão as universidades se somente puderem opor uma espontaneidade ingênua à política lúcida e ao projeto, explicitamente formulado, de colonização cultural de que são objeto (Ribeiro, 1975b, p. 145).

A recepção de Mannheim nos círculos intelectuais brasileiros na década de 1950, conforme já se notou, legitimou a necessidade da chamada *intelligentsia* nas mais diversas esferas da vida social. A pergunta que Mannheim fazia em seus livros sobre a possibilidade de uma intervenção com base nos conhecimentos científicos no rumo dos acontecimentos políticos visando à construção de uma sociedade democrática ecoou fortemente entre os cientistas sociais brasileiros como orientação para o ofício intelectual, acrescentando-se, na realidade brasileira, a adesão à planificação da sociedade para o projeto de desenvolvimento e modernização de uma nação *atrasada*. Complementa Villas Boas:

As idéias de Mannheim serviram para justificar a atribuição de um papel histórico à sociologia, como técnica social capaz de distinguir as tendências racionais e irracionais da sociedade – não no sentido que Mannheim dava a estes termos, mas no sentido atribuído pelos sociólogos brasileiros às tendências tradicionais e modernas (Villas Boas, 2002, p. 138).

Darcy propõe uma reforma estrutural nas universidades latino-americanas que se constitua na *universidade necessária* para o desenvolvimento autônomo. Observa que, antes de aparecer como algo acabado na realidade concreta, a universidade deve perpassar o plano do pensamento, como uma *utopia*. Darcy opera a ligação entre o pensamento e a sua influência na realidade histórico-social determinada, explicitando assim um dos tipos de mentalidade descrita também por Mannheim: a mentalidade utópica. Em seu modelo de universidade, Darcy faz a distinção entre “um fato no mundo das coisas” e “uma utopia, no mundo das idéias”. A proposta de Darcy é assim marcadamente contrafática, ou seja, está baseada em algo oposto ao que existe, e teria de ser assim para superar o estágio

existente de *atraso* de nossa sociedade: uma universidade proporcionadora do desenvolvimento autônomo em face de um cenário de dependência e colonização cultural – este é o fato.

Similarmente à *utopia* em Mannheim⁵ que se realiza plenamente apenas no plano do pensamento, ainda que atuando como parâmetro de intervenção na realidade, também a utopia em Darcy é um estado de espírito incongruente com a realidade concreta; *desencaixada* do diagnóstico de um dado espaço em um determinado momento histórico.

Forçosamente, este modelo utópico será muito geral e abstrato, afastando-se, assim, de qualquer dos projetos concretos que possa inspirar [...] O modelo de universidade buscado será também utópico no sentido de antecipar, conceitualmente, as universidades do futuro, configurando-se como meta a ser alcançada um dia, em qualquer sociedade (Ribeiro, 1975b, p. 172-173).

Na tensão entre “o que existe” e o “que precisa existir”, o pensamento utópico aposta no último. Segundo Darcy, a universidade necessita refletir as aspirações intelectuais da sua nação como também (e principalmente) fomentar estas aspirações de modo a direcioná-las criticamente, tendo em vista a superação da situação social que a circunscreve. A universidade tem, assim, a função de formar quadros intelectuais para atuar em prol do desenvolvimento autônomo do país. Darcy é contundente na avaliação de que os intelectuais formados pela universidade não podem se furtar da tarefa de desnaturalizar nosso aparentemente eterno *atraso*. Nisto, as ciências sociais têm papel inegável.

Cumpramos acentuar, contudo, que esta ciência social de que necessitamos nada tem em comum com a produzida e exportada pelos países prósperos. No passado, ela antes ajudou a consolidar nosso atraso do que a romper com ele. Suas teorias explicativas tinham, na verdade, a função de demonstrar que nosso subdesenvolvimento era o produto natural e necessário de nosso modo de ser (raça, tradição) e das condições em que vivíamos (clima, atraso, pobreza) (Ribeiro, 1975b, p. 252).

Na universidade necessária, há um tipo de intelectual igualmente indispensável: o intelectual iracundo, expressão que utiliza para se referir aos intelectuais que historicamente exerceram sua indignação e seu poder de denúncia de nossa condição de subalternidade no plano internacional em grau máximo, promovendo a crítica à cristalização de nosso atraso histórico, aqui chamado subdesenvolvimento, e a elaboração de uma consciência nacional autônoma. Desta consciência, nascem os fundamentos da *revolução necessária* que, no plano

⁵ Para Mannheim: “As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contratividade transformar a realidade histórica existente em outra atividade, mas de acordo com suas próprias concepções” (1986, p. 219).

macroestrutural, significa o ingresso do país numa nova fase do processo civilizatório que traz a marca, desta vez, não apenas da cultura dominante, mas assimila de forma inédita a originalidade de seu povo. A continuidade com os modelos civilizatórios existentes está na vinculação aos padrões internacionais do saber científico, mas a ruptura e o ineditismo verificam-se na inexistência, até hoje, de experiência semelhante em que a modernidade está indissociada de sua capacidade de traduzir a vontade de um povo, de uma nação, inteira.

O intelectual *tradutor* das necessidades de uma nação é o *intelectual missionário*, aquele que tem por função primordial sua atuação na vida pública como *porta-voz* dos que buscam a superação das mazelas de seu próprio país, não mais *presas* de um arcaísmo a condenar sua população ao *atraso*. Helena Bomeny (2001), quando toca na questão relativa à influência da temática das intelectuais em Darcy, indica que o próprio teria se situado entre duas concepções clássicas de intelectuais: a do *intelectual perito* de Julien Benda e a do *intelectual orgânico* de Antonio Gramsci.

Darcy advogaria a junção da tipologia de Julien Benda com a de Gramsci. Não parece haver dúvida de que ele atribui ao intelectual o dom da consciência moral, o talento extraordinário em desvendar o enigma social. Isso, no entanto, é insuficiente à representação completa do intelectual. Ao talento e à capacidade perceptiva, mental, intransferível, tem que ser agregado o sentido de missão transformadora (Bomeny, 2001, p. 62).

Ainda que chamando a atenção para o aspecto do treinamento do intelectual, de um lado, e de seu compromisso político, de outro, Bomeny não destaca o tipo do intelectual mannheimiano também presente em Darcy que, para nós, é extremamente explicativo de sua atuação pública. Tendo como missão a transformação social mediante as instituições e, portanto, a intencionalidade dos agentes, com destaque para a universidade, entendemos Darcy também sob o prisma do *intelectual mannheimiano*, aquele que se sobrepõe aos interesses particularistas de classe para atuar em acordo com valores universalistas. Na junção de duas concepções de intelectuais, a de Benda e a de Gramsci, retirada no último caso a referência ao partido, temos, precisamente, o que constitui a proposição mannheimiana, analiticamente útil para se explicar o intelectual Darcy Ribeiro.

Considerações finais

A trajetória de um *homem público* ainda que na adesão a valores universais não descarta, na modernidade, a adesão a siglas partidárias, cada qual lutando por sua ideologia particular. Neste aspecto, Darcy Ribeiro não poderia, numa análise rigorosamente mannheimiana, ser identificado como membro apenas do estrato

social *intelligentsia*. Mas, como homem de partido vivenciou a clandestinidade, o governo e a oposição (do PCB ao PDT). Mas, numa análise mais acurada, observamos como, no mesmo sentido de Mannheim, Darcy jamais se filiou acriticamente a nenhuma das correntes existentes, dentro ou fora do partido, dentro ou fora da academia. Parece-nos que seu carisma, no sentido weberiano, permitiu-lhe, em certo sentido, a independência política e intelectual ainda quando membro de instituições. Na prática, realizou o que Mannheim creditaria ao intelectual, sua competência para a autodeterminação. Irritou a muitos. Agradou a outros tantos. Isto é típico de personalidades carismáticas.

Mas insistimos que a chave analítica do carisma é insuficiente para entender a trajetória de Darcy Ribeiro e, daí, recorremos a Mannheim. Não se explicaria a autoria e co-autoria de um cientista em diversos projetos de criação de universidades se não estivesse contido em seu pensamento uma indiscutível crença na força da instituição universitária mesma e na comunidade científica como planificadoras sociais assim como uma aposta no saber pragmático ou aplicado, nas políticas públicas, nos programas educacionais e de ciência e tecnologia. Sua produção intelectual atrelada ao projeto de construção de uma consciência nacional crítica, sua intensa rede de contatos em todo o mundo, com destaque aos povos latino-americanos, não ofuscam o carisma que impregna sua personalidade, mas não nos permitem que a reduzamos a atributos passionais suas conquistas e seus fracassos. Efetivamente, a *síntese* buscada por sua geração está em aberto, mas há pressupostos de brasilidade e de desenvolvimento que não se explicavam apenas no plano individual como base dos projetos de Darcy, mas também em seus planos acerca da *universidade necessária* e da civilização necessária.

Referências

- BOMENY, H. 2001. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte, UFMG, 244 p.
- MANNHEIM, K. 1974. *Sociologia da cultura*. São Paulo, Perspectiva, 208 p.
- MANNHEIM, K. 1986. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 330 p.
- MOTA, C.G. 1979. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, p. 153-202.
- RIBEIRO, D. 1975a. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 257 p.
- RIBEIRO, D. 1975b. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 313 p.
- REZENDE, M.J. DE. 2004. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, **26**(2):139-150.
- VILLAS BOAS, G. 2002. Os portadores da síntese: sobre a recepção de Karl Mannheim. *Cadernos CERU*, série 2, **13**:125-143.

Submetido em: 15/04/2006

Aceito em: 26/09/2006